

TN 53 - Editorial

TERRITÓRIOS DE LUTA CONTRA O MODO CAPITALISTA DE DESTRUIÇÃO DA VIDA¹

A história da luta de classes revela que capitalismo é um modo de produção da existência humana no qual homens-de-negócio promovem guerras, fome, pobreza, medo, desalento... Em nome da reprodução ampliada e maximizada do capital, trata-se de um modo de produzir a vida que aposta na destruição da própria vida, afetando sobremaneira a saúde física, mental e emocional da classe trabalhadora, de seus filhos e da população planetária. Essa destruição é vista cotidianamente e, nos últimos anos, chama atenção de todas as pessoas os impactos ambientais e climáticos.

A tragédia que atingiu Juiz de Fora - MG, sudeste do Brasil, em fevereiro de 2026, deixando 65 mortos e mais de 8 mil pessoas desabrigadas, foi fruto do aquecimento global que tem aumentado o volume das chuvas em diversas partes do mundo. Esta é uma situação previsível nos processos de produção destrutiva do capital, potencializada pelos assoreamento de rios e a construção de barragens, como a que resultou nos crimes ambientais de Mariana e Brumadinho, em 2019. A previsibilidade dessas ocorrências, que resultam em mortes de famílias inteiras, está presente mundialmente e, no capitalismo dependente, especialmente na América Latina, sentimos os efeitos do projeto imperialista para a Amazônia.

Motosserras, tratores, pá e picaretas, detectores de metais, centenas de venenos para proteger sementes transgênicas, produção de ração de gatos idosos-castrados e não castrados, porcos, galinhas e bois livres, alimentos processados contaminam a terra, as águas e as florestas. Com tecnologias consideradas “de ponta”, máquinas e outros apetrechos técnico-científicos expropriam e aprisionam saberes do trabalho social e historicamente produzidos pela humanidade,

¹ Editorial recebido em 20/03/2026. Aprovado pelas editoras 04/04/2026. Publicado em 22/04/2026. DOI: <https://doi.org/10.22409/tn.v24i53.71423>

transformando-os em Inteligência Artificial - mais um fetiche da mercadoria. Na perspectiva da classe proprietária dos meios de produção e reprodução da vida, as *bigteches* teriam a solução para os problemas da humanidade (na verdade, de uma ínfima parcela da humanidade) .

A exploração sobremaneira da natureza só é possível com a exploração sobremaneira de uma de suas forças: a força de trabalho. Entendida como a capacidade física, mental, intelectual contidas no corpo do trabalhador e da trabalhadora, a força de trabalho de homens e mulheres tem sido aviltada, dela sendo retirada os direitos trabalhistas básicos. Espera-se que cada um de nós torne-se empreendedor-de-si-mesmo. Na perspectiva de instaurar a cultura empreendedora ou cultura do trabalho-por-conta-própria em detrimento das culturas do trabalho associado e outras formas de trabalho coletivo que insistem em sobreviver, os processos educativos tem sido contaminados pela cultura empreendedora, ou seja, cada um é dono do seu próprio negócio e, portanto, responsável pelo seu sucesso no mercado capitalista.

Os processos de reprodução ampliada do capital caminham em direção ao colapso do planeta Terra. Em âmbito planetário, e em particular nos países do capitalismo periférico, os donos do hidro agronegócio e de outros negócios, entre eles os dos empresários da mineração destroem florestas, contaminam rios, desapropriam terras e promovem ações de despejo de populações do campo e da periferia dos centros urbanos. Como se, naturalmente, o mundo estivesse sido criado e dividido - cartesiana e harmonicamente - entre reino animal, reino vegetal e reino mineral (como nos ensinou a escola elementar), trata-se da hegemonia de um modo de produzir a vida que aposta na morte da diversidade de espécies que habitam o Planeta, sejam elas seres humanos ou seres não humanos; sejam elas animais, vegetais ou minerais. Nesse sentido, é possível afirmar que a crise climática que ameaça o globo terrestre é um atestado da insanidade dos processos de devastação promovidos pelo capital. É, também, uma manifestação da crise do trabalho-mercadoria. Trata-se, em última instância, do esgotamento e morte lenta da “sociedade produtora de mercadorias”, ou seja, do capitalismo, na acepção marxiana do termo.

No atual contexto de luta entre trabalho, capital e vida, não é difícil perceber que no projeto societário (des)humano do capital não existe nenhum tipo de “sustentabilidade” - termo este que pode ser traduzido como “sustentabilidade para o

capital”. Para a classe trabalhadora, em nível global, tem sido cada vez maior a intensidade da exploração da força de trabalho, e cada vez menor os direitos sociais. Trata-se da hegemonia do modo de produção capitalista em detrimento de outros modos de produção cujo horizonte é a reprodução ampliada da vida da vida, e no qual o trabalho associado torna-se central nos processos de formação humana.

A Cúpula dos Povos, em novembro de 2025, trouxe a agenda da transformação societária contra o projeto da ordem estabelecida, no qual estão colocadas as propostas dos povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos e demais povos e comunidades tradicionais. Esse é um importante passo na denúncia da condição de dependência do país que se expande ainda mais, mediante o aumento da exploração de petróleo na região, exploração barrada pela mobilização popular, que resultou no veto parcial, do presidente Lula, ao PL da devastação, em agosto de 2025. O PL flexibilizava regras para extração de petróleo e gás, entre outras medidas que colocavam em risco real a vida da população local. Como destacou Porto-Gonçalves (2017), a demanda crescente por combustíveis fósseis tem encontrado apoio nos diferentes países amazônicos, justamente por ser uma importante fonte de captura de parcela da mais-valia mundial, sob a forma de renda.

A educação também tem sido fortemente ameaçada, mas não sem resistência. Exemplo disso é a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (RFEPT), iniciada no primeiro governo de Lula (2003) e que teve um impulso significativo a partir de 2008 com a criação dos Institutos Federais (IFs). A criação dos institutos é, sem dúvida, uma das mais importantes políticas educacionais da história republicana brasileira, tanto pela expansão quantitativa e qualitativa da educação pública básica, técnico-profissional e superior, quanto por sua capilaridade territorial em âmbito nacional, com descentralização das capitais para pequenas e médias cidades. Após a forte expansão verificada nos governos petistas entre 2003 e 2016, a RFEPT sofreu ataques e tentativas de desmonte nos governos golpistas e de extrema direita, no período de 2016 a 2022. Na RFEPT, vem sendo construída a experiência do Ensino Médio Integrado (EMI), especialmente após a vigência do Decreto nº 5.154/2004, que estabelece a integração entre a Educação Profissional Técnica de Nível Médio (EPTNM) e o Ensino Médio (EM), no plano legal, curricular e pedagógico. O EMI se fundamenta na concepção de omnilateralidade, politecnicidade e escola unitária, com base

na integração entre o trabalho, a ciência, a tecnologia e a cultura, constitutivas da proposta de formação humana integral da classe trabalhadora.

A RFEPT, os IFs e o EMI constituem uma experiência promissora da educação pública brasileira, na perspectiva da educação pública de qualidade e socialmente referenciada para o atendimento das demandas da classe trabalhadora. Isso é verificado quantitativa e qualitativamente: no ano de 2002 existiam cerca de 100 instituições da rede de escolas técnicas e CEFETs e hoje são cerca de 700 unidades educacionais que compõem a RFEPT. Nelas, segundo dados oficiais da Plataforma Nilo Peçanha (BRASIL. MEC, 2024), em 2024, havia aproximadamente 2 milhões de alunos matriculados nos cursos dos diversos níveis e modalidades educacionais, que vão da educação básica à pós-graduação; cerca de 50% dos alunos se declaram pretos, pardos ou indígenas e 52% são de famílias com renda familiar de até 1,5 salário-mínimo. Apesar da retomada da expansão a partir de 2023 no terceiro governo Lula e da destacada e comprovada relevância social e educacional da RFEPT, IFs e EMI, vivemos, no entanto, um período de fortes ataques à educação pública, expressos nas contrarreformas do ensino médio e da EPT, que priorizam a fragmentação curricular, o aligeiramento da formação e a subordinação às demandas imediatas do mercado. Diante desse cenário, a defesa da Rede Federal, dos Institutos Federais e do ensino médio integrado é inseparável da defesa de uma educação científica, democrática e socialmente referenciada.

Da mesma forma, nos territórios, a classe trabalhadora vivencia processos formativos que afirmam seus saberes, seus modos de vida, sua forma de produzir a vida material e simbolicamente acentuando a reprodução ampliada da vida em detrimento da reprodução ampliada do capital. O MST com sua experiência de luta pela reforma agrária e sua pedagogia orientada pela dignidade humana e pela formação omnilateral nos coloca questões necessárias à construção de outro modelo de sociedade. Já nos quilombos e aldeias, vemos quilombolas e indígenas com sua luta por demarcação e direitos resistir às tentativas de expropriação e marginalização, mantendo vivo o vínculo com suas terras, com suas tradições, reafirmando identidades, memórias e saberes.

Os homens-de-negócio acreditam que são os donos do mundo e que, portanto, podem submeter tudo e todos ao seu bel prazer, o que tem nos conduzido à possibilidade de derrocada do Planeta Terra. Para eles, quem sabe, a Lua pode vir a

ser um grande reservatório de riquezas e, preferencialmente, de pobreza humana. Mas nem tudo são flores para os capitalistas, pois como lembra Raymond Williams (2011), a luta por hegemonia cultural requer da burguesia uma constante renovação de suas técnicas e métodos de produção de consenso. E, se necessário for, o silenciamento pode ocorrer por meio de repressão e violência contra as ações de resistência e de enfrentamento de homens e mulheres simples ou dos movimentos sociais populares que buscam assegurar a defesa de seus territórios.

Para Raymond Williams (2011), por não ser “hegemonia” uma categoria estática e carregar dentro de si a luta de classes, além da denúncia, é preciso tornar visível a existência de práticas sociais, políticas, econômicas e educativas, entre outras, que, de forma residual ou emergente, constituem-se como cultura opositora (e não meramente “alternativa”). Por isso, a Revista Trabalho Necessário (TN 54) elege a temática “*Marxismo, educação e territórios de luta*” como objeto de investigação e ação, percebendo que o território da luta de classes.

Agradecemos a **Alcidema Magalhães (UFPA)** e a **Márcio Amaral (UFPA)**, ambos do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO/UFPA), pelo carinho, comprometimento e rigor teórico-metodológico na organização do conjunto de textos que, como os leitoras e leitoras podem observar, nos inspiram à seguir na luta de resistência e de enfrentamento ao modo capitalista de destruição da vida. Afinal, como nos ensina a XII Tese sobre Feuerbach, mais que interpretar o mundo, trata-se de transformá-lo.

Um abraço,

Lia Tiriba, Jacque Botelho, Adriana Barbosa e Domingos

(Editores)

Referências

PORTO-GONÇALVES, C. W. **Amazônia-encruzilhada civilizatória**. Tensões territoriais em curso. RJ: Consequência Editora, 2017.

WILLIAMS, R. **Cultura e Materialismo**. São Paulo: Editora Unesp, 2011.